



DIFICULDADES NA REGULARIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES E IMPACTOS NO RECEBIMENTO E NA EXECUÇÃO DO PDDE EM ABAETETUBA-PA

**FIGUEIREDO, Sandra Regina Maria Margalho¹; PEREIRA, Isonete do Socorro
Perna²; TRINDADE, Antenor Carlos Pontoja³; PINHEIRO, Benedito Antônio
Nonato⁴; PEREIRA, Rosenildo da Costa⁵**

RESUMO

A gestão democrática representa um dos principais fundamentos da educação pública brasileira, promovendo a participação da comunidade escolar nas decisões administrativas, pedagógicas e financeiras das instituições de ensino. Nesse cenário, os Conselhos Escolares assumem uma função estratégica na execução, no acompanhamento e na fiscalização dos recursos provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas escolas do município de Abaetetuba, no Estado do Pará, no processo de regularização dos Conselhos Escolares e suas repercussões no financiamento educacional. Trata-se de um estudo de relato de experiência, desenvolvido a partir de atividades de assessoramento técnico realizadas pela Coordenação dos Conselhos Escolares com o apoio do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Norte (CECAMPE-NORTE). As ações envolveram orientação documental, diretrizes para prestações de contas e suporte às unidades escolares para a atualização cadastral dos conselhos no Sistema PDDEWeb. Entre as dificuldades identificadas, destacaram-se a morosidade nos processos cartoriais, o difícil acesso aos serviços administrativos, as limitações logísticas decorrentes das

¹ Bióloga, especialista em Gestão Ambiental e psicopedagoga com habilitação em Educação Especial. Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: regina-figueiredo@live.com

² Mestra em Cidades, Territórios, Identidades e Educação pela UFPA. Email: isonethy@yahoo.com.br

³ Mestre em Educação pela UFPA. antenorcarlos54@gmail.com

⁴ Pedagogo com Especialização em Informática e Educação e Psicopedagogia Institucional. Email: beneditononatopinheiro@gmail.com

⁵ Doutor em Antropologia Social pela UFPA. Email: rosenildopereira@gmail.com



extensas distâncias geográficas da região amazônica e a resistência de membros da comunidade escolar em participar dos conselhos, devido ao real comprometimento de seus benefícios sociais. Verificou-se que esses fatores favorecem o surgimento de irregularidades cadastrais, a inadimplência na prestação de contas e o consequente bloqueio de recursos financeiros destinados às escolas públicas. Conclui-se que o fortalecimento da participação coletiva na administração escolar depende da simplificação dos processos burocráticos e da implementação contínua de ações formativas voltadas aos Conselhos Escolares. Esta última ação já ocorre por meio da parceria entre a SEMEC e o CECAMPE Norte, contribuindo para uma maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e para a melhoria da educação básica.

Palavras-chave: financiamento educacional, gestão democrática, escola pública



UTFPR



22 A 26
DE JUNHO
DE 2026

IV SEMINÁRIO SOCIOAMBIENTAL
ANGOLA - BRASIL: EDUCAÇÃO, MEIO
AMBIENTE, TECNOLOGIAS E SAÚDE

